

**2.ª COMISSÃO, ECONOMIA, TURISMO, INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO e
7ª COMISSÃO, CULTURA, EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO**

**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA
COLETIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO**

1. Introdução

Na sequência do acompanhamento da situação económica da cidade, a 2ª Comissão Permanente - Economia, Turismo, Inovação e internacionalização, juntamente com a 7ª Comissão Permanente - Comissão de Cultura, Educação, Juventude e Desporto diligenciaram um ciclo de audições a diversas entidades na área do Desporto, por forma a poder melhor avaliar, junto dos diferentes associados representativos do tecido económico e social, as respostas colocadas em prática pelo Município de Lisboa, Autarquias em articulação com as Freguesias, mas também a nível nacional, e perceber onde existem as dificuldades e como é possível melhorar e aperfeiçoar os mecanismos de respostas.

No dia 09 de março de 2021 foi ouvida em audição a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto – CPCCRD.

2. Intervenção inicial de António Borges, Tesoureiro da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto – CPCCRD,

Dr. António Borges, fez uma pequena resenha, sobre o movimento de cultura popular, mencionando que têm 33.000 coletividades de Cultura Recreio e Desporto no país. Estimam que são à volta de 600.000 dirigentes, voluntários, benevolentes e eleitos. Se considerarem que cada associado tem 200 sócios, facilmente se chega aos 6 Milhões de associados, o que quer dizer que quase 60% da população portuguesa desenvolvem, de menor ou maior intensidade, atividade em coletividades.

No concelho de Lisboa disse que existem 1030 Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, utilizando os mesmos índices, cerca de 21.000 dirigentes e um total de



200.000 sócios, não estando a contar com os clubes desportivos, como por exemplo o Sporting Clube de Portugal.

Referiu que cerca de 90% das Coletividades se encontram com graves carências económica/financeiras e que se juntarem a este facto muitos dos dirigentes e trabalhadores terem sido remetidos para o desemprego, veio pôr em causa as dinâmicas que em termos de pandemia se poderiam exigir e que de facto há dirigentes muito afetados psicologicamente.

Disse que tem muitas dúvidas como é que as coletividades irão retomar as suas atividades, pois suspeitam que muitas já nem irão abrir, pois já estão com dívidas, nomeadamente à EDP e outros fornecedores.

Nomeou que há consenso geral que as coletividades constituíram antes do 25 de Abril e depois do 25 de abril, em espaços de liberdade democrática, onde a cooperação e a solidariedade se unem. Disse mesmo que é impensável pensar numa sociedade como a nossa sem a existência das coletividades, não só pelas atividades de cultura, recreio e desporto, mas também com os relacionamentos interpessoais, que está na origem da criação de novas sinergias e também porque em algumas zonas do país e em algumas zonas de Lisboa, são as coletividades que cobrem os défices existentes a nível do poder central que devia ter a responsabilidade do desenvolvimento das atividades destes âmbitos em acordo com o movimento associativo e popular.

As coletividades são uma escola de educação que proporcionam competências aos seus membros, permitindo estas vivências e captar e absorver estas capacitações a nível pessoal.

Disse que é mais que evidente a importância do movimento popular, pelo que consideram que existe alguma incompreensão da parte do poder central, para olhar para o movimento associativo de outra forma. Pelo número que representam e pela população que movimentam, deveriam de ser contemplados em termos de orçamento de estado de uma verba própria. Disse que lhes dão muita importância, reconhecem o seu papel, mas não dão nenhum apoio em orçamento de estado.

Referiu que para o Orçamento de Estado de 2021, tiveram várias reuniões, nomeadamente com o Presidente da República, Ministra da Cultura, Ministra do Trabalho e tiveram oportunidade de apresentar uma série de propostas que deveriam e poderiam ter



sido contempladas no Orçamento Geral do Estado, mas que não foram. À Ministra da Cultura propuseram que fosse contemplado verbas destinadas ao associativismo, para capacitação das entidades e a salvaguarda dos arquivos associativos da confederação, nomeadamente 103 mil euros para serviços desportivos e recreativos e 393 mil euros para serviços culturais.

Referiu que o movimento associativo e popular, neste momento estão com problemas resultante da idade da maioria dos dirigentes e há que alterar este panorama. Têm tentado desenvolver programas de apoio, apoiados por fundos comunitários, (A Capacitação) para que estes dirigentes comecem a trabalhar com as novas tecnologias, ou seja, novas aprendizagens, novas capacitações.

À Ministra do trabalho propuseram que fossem criadas linhas de crédito até 100 mil euros por entidade, com juros suportados pelo orçamento de estado de apoio à retoma das atividades, um programa de emprego apoiado ao associativismo de forma a contribuir para a redução de desemprego crescente no país, nomeadamente para dar melhores condições aos dirigentes associativos.

Na área da segurança interna disse que estão com um problema grave, a nível das coletividades, que são as medidas de autoproteção e dos programas de segurança interna, nomeadamente no que toca ao plano de segurança contra incêndios. Relatou que há uns anos houve um incêndio numa coletividade no Norte e houve a lamentar algumas mortes de associados pela falta destes dispositivos. Referiu que nessa altura pediram às câmaras municipais e ao governo que fossem financiados programas e execuções do plano segurança contra incêndios nas coletividades, pois na maior parte delas não existem planos de segurança nem medidas de autoproteção contra incêndios, pois a esmagadora maioria não tem nem capacidades nem orçamento para tal.

Em termos de propostas referiu que as mais prementes seriam a capacitação dos dirigentes associativos, já existem alguns protocolos com algumas câmaras municipais para ações de sensibilização/formação dirigido a dirigentes associativos, sobre vários temas, como por exemplo dirigir uma reunião, questões de ordem jurídica, etc. Referiu que até ao momento não têm qualquer protocolo com a Câmara de Lisboa, o que era importante. Por outro lado, pediram à CML a exigência do poder centrar de se inscrever no orçamento de estado as verbas para o movimento associativo e popular, uma vez que não pode tudo recair no poder central.

Seguidamente referiu que existem coletividades muito grandes e outras que vivem apenas do jogo de matraquilhos e do bilhar, e por isso não têm conhecimento para recorrer a fundos comunitários ou outro tipo de fundos que possam existir. Pelo que pede sobre os financiamentos existentes, a criação de um gabinete de apoio às coletividades para apoio a projetos, uma vez que as confederações também não têm capacidade para o fazer.

Em termo de retoma, questionam-se quais serão os apoios que o movimento associativo e popular vai ter e sugere que as moratórias às rendas devem ser abdicadas enquanto decorrer a pandemia, até que as coletividades possam recuperar desta pandemia. Estão disponíveis para colaborar com a AML e CML para efetuarem um levantamento em parceria para detetar as debilidades existentes.

Por fim afirmou que a confederação vive apenas das quotas dos seus associados e que neste período de pandemia mais de 50% dos associados lhes disseram que não tinham dinheiro para pagarem os 60€ de quota anual. Pelo que a própria confederação também está a passar por dificuldades financeiras. Para além disso estão com condições muito débeis a nível de instalações, pois há cerca de 10 anos que a Câmara prometeu umas instalações, que o local até já está escolhido, mas que não há meio de serem transferidos.

PERGUNTAS DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS

DM e Presidente da 7ª Comissão, Simonetta Luz Afonso (PS) agradeceu a apresentação e tendo em conta os inúmeros programas de apoio da CML, questionou se a confederação já se teria candidatado a algum ou até se tinha conhecimento que existe um gabinete de apoio, não especificamente para as coletividades, mas para as instituições no geral. No que toca à proximidade disse que tinha conhecimento que as Juntas de Freguesia têm grande proximidade e que trabalham bastante com as associações recreativas e culturais, pensa que as Juntas seriam um bom veículo de transmissão e de ajuda direta por proximidade a todas as dificuldades das associações.

O DM Miguel Teixeira (PS) agradeceu a presença do interlocutor e começou por referir que ao nível do que é o desporto na cidade de Lisboa, o município, através do seu departamento de desporto e atividade física, disponibiliza com uma regularidade gene-

realizada, ações de formação em vários domínios para os dirigentes desportivos, associativos e de clubes. Nomeadamente estes cursos, no momento de ponderação de apoios anuais, são um facto de valorização da candidatura à participação de dirigentes dos clubes nestas ações de formação.

Referiu que existe um espectro alargado, da pequena associação, ao grande clube, como o Sporting Clube de Portugal, em que as realidades são em muitos casos diametralmente opostas. No entanto, há uma realidade que une todos, o clima de grande dificuldade e até de sobrevivência de coletividades, associações desportivas e clubes na fase atual, com o olhar quase que apagado ao nível Orçamento Geral do Estado e da resposta a nível nacional, para a realidade do que se passa.

A administração local tem uma noção e reconhece o trabalho destas instituições, no impacto direto e indireto em termos económicos, mas também naquela que é a vivência e formação das pessoas. Neste momento cada uma passa dificuldades à sua escala, quer com atrasos no pagamento da água e da luz, como no clube que representa que tem de fazer 500 testes covid por semana aos atletas federados, o que representa um custo desmesurado, num clube sem lucros, com dirigentes voluntários, tornando-se insustentável, quase que impossível a manutenção das portas abertas. Estima que 95 a 97% das organizações deste tecido social não têm condições.

Referiu que se vê um conjunto de programas, e muito bem, para todas as áreas da sociedade e a maioria das organizações, mas preocupa-o que se esqueçam do desporto. Citou o Prof. Carlos Netto, “cada euro investido no desporto representa menos 4€ de despesa na área da saúde”. Disse que o desporto, a par da cultura e da educação, são os domínios que se encontram com maior capacidade de quebrar barreiras, de atenuar diferenças, de criar caminhos de oportunidade. Referiu que os Jogos Olímpicos são um encontro de experiências, o encontro da paz, e o desporto e o associativismo têm essa capacidade.

Questionou se a confederação tem forma de fazer um levantamento do estado atual dos clubes, das coletividades, das associações e que ferramentas precisam.

Referiu também em abono da verdade que o Município de Lisboa no pós primeira fase de confinamento, embora um pouco tarde, mas ainda a tempo, teve a capacidade de disponibilizar a ferramenta do concurso para que os clubes pudessem apresentar aquelas que eram as suas dificuldades, com instrumentos próprios de avaliação e validação

dos apoios. Não foram apoios muito alargados, nem foram apoios que sequer permitissem cobrir a verdadeira e real dimensão das despesas, mas existiu. Disse que na verdade após um ano do primeiro encerramento, os problemas não desapareceram, aumentaram.

Por fim concluiu, questionando que instrumentos de linhas de apoio que foram abertas para a cultura, para o sector social, deveriam ser abertas na mesma medida para a área das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.

O DM Alberto Franco (IND) saudou o convidado da Confederação. E disse que a questão das instalações onde desenvolvem as suas atividades e constituem, geralmente, as suas sedes preocupa muito e dificulta muito a sobrevivência das Coletividades de Cultura e Recreio, sobretudo aquelas de carácter local do bairro. Falou por experiência de ser dirigente de uma coletividade de bairro, e em que foram diretamente atingidos pelas consequências da atual lei do arrendamento urbano. Por isso, questionou o orador sobre a lei 42/2017 que se refere às chamadas entidades de interesse histórico cultural e social local. Em 4 anos há algumas coletividades que estão a ser reconhecidas com interesse histórico, cultural e social pelo que se prevê que tenham alguma, limitada, proteção relativamente aos arrendamentos dos edifícios que ocupam. Disse que acha que esta legislação não é suficientemente conhecida e utilizada e questiona se o Município poderá colaborar com a Confederação a organizar-se para que seja promovida a aplicação da Lei às coletividades.

O DM João Carlos Pereira (PCP) agradeceu a presença da Confederação das Coletividades de desporto e saudou por seu intermédio as centenas de coletividades da cidade e também do país. Disse que no essencial concordam com tudo aquilo que foi dito pelo convidado, pois nunca será demais valorizar o Movimento Associativo Popular e o papel que tem junto das comunidades locais. Disse que é muitas vezes, apenas nestas coletividades, que muitos cidadãos encontram espaço para praticar desporto, a fruição cultural e para a participação noutras dimensões da vida local, ou seja desempenham um papel social muito importante.

Dada a situação atual, as associações estão fechadas, encontrando-se, de facto, em situações muito complicadas e que, portanto, necessitam de medidas ajustadas para que o movimento não defina e possa manter-se, sob pena de haver grandes perdas para a comunidade e cidadãos.

Realçou a questão das rendas entre outros problemas que os clubes estão a passar e não haver uma proteção específica.

Questionou se as medidas de apoio do município, se estão a chegar e se se mostram eficazes na mitigação das consequências da pandemia ou se estão a mostrar insuficientes.

Disse que concorda tanto com as moratórias das rendas como o facto de haver uma necessidade de reforma no Orçamento de Estado inscrevendo verbas para este sector. Anotou que a questão da própria sede e a não existência de qualquer protocolo com a CML.

DM Simonetta Luz Afonso (PS/Presidente da 7ª Comissão) disse que ficou impressionada com o relato sobre os arquivos e que a CML poderá certamente ajudá-los nesse especto, pois, a Câmara Municipal dispõe do Arquivo Histórico Municipal e pode perfeitamente integrar esses arquivos, uma vez que faz parte da história da cidade.

Referiu que deve ser o Estado a incentivar as autarquias do país a servirem de intermediários. No que toca a Lisboa, disse que temos uma autarquia muito atenta, muito disponível, e muito preparada para todas as coisas, e que tem todas as infraestruturas para dar apoio. Referiu que a Vereadora da Cultura, pode perfeitamente apoiar, através da rede de arquivo e bibliotecas, tendo pessoal habilitado para se fazer o levantamento das associações que têm arquivos e que precisam de apoio.

A DM Aline Beauvink agradeceu a presença do convidado e referiu que a preocupou quando mencionou a parte arquivística e de facto, é um pedaço da história da cidade e em particular da história social, que precisa de ser apoiado e talvez a comissão possa ajudar de alguma forma, estabelecendo esta ponte com a Vereadora da Cultura.

No que toca à falta de adesão das coletividades aos programas de apoio, questionou de que forma é que a confederação conseguiu colmatar essas falhas e se já contabilizaram quantas é que, entretanto, já fecharam.

Questionou também, na ótica do orador, que futuro para os clubes e coletividades face aos problemas provocados pelo Covid e pela forma como nos relacionamos em sociedade. Perguntou que sobrevivência financeira consegue ver, se é que consegue ver alguma, em alguns casos pelos vistos bastante dramáticos.



Por último em relação à Lisboa Capital Europeia do Desporto 2021 a confederação deve ter noção, com certeza, da muita expectativa de que esta efeméride deverá ter causado e suscitado em várias coletividades e dentro desse âmbito como foram envolvidas essas coletividades neste ano horribilis para este género de atividade.

O DM Rui Costa agradeceu ao convidado as questões que aqui colocou e em particular a importância da preservação arquivística das nossas coletividades, mas também dos espólios. Pediu desculpa pelo exemplo específico, mas informou que nos últimos anos já viu fechar 3 coletividades num raio de 100 metros da sua casa, uma delas o Sport Lisboa e Lapa que tinha um vasto acervo de troféus desportivos que neste momento estão conservados graciosamente em casa dos diretores que sobreviveram ao despejo das instalações. E, portanto, disse que para além do todo o acervo documental, há também esse espólio que é necessário preservar. Lembrou a questão do Ateneu Comercial de Lisboa que como todos sabem teve uma grande importância na cidade.

Referiu que se vive tempos diferentes, que a sociedade evoluiu e que hoje devido a outro tipo de atração como os meios de comunicação que ditaram, há muitos anos, uma redução do uso destas coletividades como espaços convivalidade entre vizinhos.

Portanto, disse que esta é uma reflexão que tem de ser feita e também implica necessariamente um apoio dos poderes públicos, em especial da administração local e que no direito ao habitat e à luta da nova Lei de Bases da habitação onde teve um papel tão relevante papel a arquiteta Helena Roseta, nossa presidente da Assembleia Municipal, o direito ao habitat integra também, a existência destas coletividades, que representam fortes traços identitários de vizinhança na cidade e portanto se caírem, há um traço de identidade da cidade, dos seus bairros, da comunidade onde se inserem que cai também. Relativamente a esta questão perguntou qual era a perspetiva da Confederação em relação a esta necessidade de reinventar ou criar novos meios para que as coletividades assumam um papel mais central, mais claro, no estabelecimento destes laços convivalidade e de vizinhança.

Aproveitou para fazer um reparo à comissão, pois logo em abril de 2018, a propósito da lei 42/2017, as entidades de interesse histórico e das lojas históricas é preciso lembrar que a parte do regulamento das lojas históricas o único documento que houve por parte da Câmara Municipal a reconhecer a necessidade de preservar as coletividades, e já agora a agilizar o processo de reconhecimento, foi um despacho no qual teve a honra

de poder participar na sua elaboração, do vereador Ricardo Robles. Afirmou, aliás, despacho esse que não foi renovado. Referiu que preconizava exatamente a agilização de procedimentos e o reconhecimento oficioso destas entidades. Afirmou que é preciso não esquecer, que os autarcas, e aqui assumiu integralmente a sua culpa, apesar de tudo ter feito e ter até subscrito uma recomendação aprovada nesta assembleia municipal, mas que enfim, teve o mesmo destino das outras. Aludiu que a recomendação quando ainda estava no Bloco de Esquerda 32/02 aprovada a 19 de julho de 2018 em que previa a necessidade de divulgar não só a lei, como promover uma série de estímulos para preservar os contratos de arrendamento e estas instituições, através dos contratos de arrendamento. E sobre isso, disse que foi feito muito pouco. Questionou se a confederação tem um apanhado das consequências da lei do arrendamento urbano na subsistência destas coletividades e se conhece algumas situações em que elas definitivamente tenham encerrado.

Deu um feliz exemplo da sociedade Guilherme Cossul que foi encontrando novas instalações, mas temos uma série de outros casos em que não é assim. Ainda recentemente se comemoraram os 100 anos da Associação de Vendedores de Jornais que tinha a sua sede na Rua das trinas e que infelizmente comemorou os 100 anos sem instalações.

Lançou um apelo a todos os senhores e as senhoras deputadas municipais no sentido de terem um maior empenho, em especial os presidentes de juntas, porque os presidentes de juntas de freguesia podem e devem promover oficiosamente esta classificação nos termos da lei 42/2017. Infelizmente é uma faculdade que Srs. presidentes junta sistematicamente não usam nem há conhecimento que usem dessa faculdade. Reafirmou, que a competência pode ser, para iniciar um procedimento desde os Srs. presidentes juntas.

Reiterou que a questão que coloca é se realmente se tem uma noção do número de coletividades que encerraram a atividade em função disto e quantas é que conseguiram encontrar novas instalações.

RESPOSTAS DA CONFEDERAÇÃO

O Dr. António Borges agradeceu as intervenções dos deputados e sentiu-se satisfeito por saber que todos são bastante sensíveis a estas temáticas e que também haja dirigentes associativos de entre os deputados, pelo que conhecem mais de perto esta realidade.

Reiterou que seria uma mais-valia uma maior interligação entre a Confederação e a Câmara Municipal de Lisboa. Quanto ao gabinete de apoio acha que já é positivo existir um para todas as instituições, no entanto disponibiliza-se para grupos de trabalho que possam surgir para a fase de retoma e de apoio que as coletividades vão ter necessidade, para que possa ser feito de uma forma mais coordenada.

Reiterou que se não fosse o poder local, a situação nacional seria bem pior. Uma das diretrizes da confederação é exatamente que as coletividades devem contactar as Juntas de Freguesia para o desenvolvimento de ações que pudessem ajudar e mitigar aquilo que são as dificuldades que as associações estão a passar.

Respondendo ao DM Miguel Teixeira, disse que ficou muito contente pela CML fazer essas formações ao nível desportivo, no entanto acha que se deve alargar os espectros para os vários domínios e dessa forma a parceria com a confederação seria bastante útil para todos.

Informou que no primeiro confinamento fizeram um pequeno inquérito, mas que houve poucas respostas e que consistia em saberem a sua situação económica e financeira e se tinham recebido algum tipo de apoios pelo poder local. Disse que ficaram um pouco espantados pois a maioria não se candidatou a qualquer apoio, ou porque não sabiam ou porque tinham dificuldades em fazê-lo.

Em relação a Lisboa não tem dados por não existir esta interligação e, portanto, não sabem quantas coletividades é que já foram ou não foram apoiadas.

Em relação ao deputado José Alberto Franco disse que a Lei do Arrendamento Urbano veio de facto, a terminar com algumas coletividades, incluindo duas associações centenárias em Lisboa. Pelo que são a favor que a lei seja revista para que haja algumas exceções para estas entidades sem fins lucrativos.

Sobre a lei 42/2017 disse que tem sido na base desta lei que tiveram inclusive reuniões com a Torre do Tombo e a Ministra da Cultura, uma vez que lhes preocupa a questão

do arquivo histórico. Estão a proceder a um processo de digitalização do arquivo das associações centenárias porque a Confederação não tem instalações para absorver os arquivos das associações e a maior parte das associações anda a deitar fora os arquivos, também por falta de espaço. Considera que é um crime, deitar-se para o lixo, a nossa história. Pelo que apelou que no município fosse visto o que poderia ser feito, para se armazenar e trabalhar estes arquivos.

Em relação às questões do deputado João Carlos Pereira repetiu que não sabem se as coletividades estão ou não a receber apoios da CML ou se todas sequer recorreram aos mesmos e por isso renovou o interesse de uma parceria entre a Confederação e a CML para fazerem um balanço e se conseguem chegar a todas, sob pena de depois da pandemia ter-se perdido 30 a 40% das coletividades existentes.

Disse que não têm um levantamento completo das associações que vão fechando, pois algumas nem comunicam e nem todas as coletividades são suas associadas. Deu o exemplo de uma associação de Lisboa que os procurou, chamada Grupo dos Cinco Reis na Graça, coletividade centenária, que por via da Lei do arrendamento fecharam.

Confirmou que também se apercebe das alterações que foram ocorrendo na cidade de Lisboa, umas para melhor e outras para pior. Reconhece que o bairrismo que existia foi acabando por via do turismo e da Lei do arrendamento que expulsou, não só as associações como os moradores. Deu o exemplo Voz do Operário que já recorre a pessoas que moram noutros concelhos para poder formar as marchas.

Assumi que a sociedade se modificou, o tecido social da cidade também se modificou e as coletividades têm de saber adaptar-se, reorganizar-se e reinventar-se em relação às atividades que desenvolvem. Sendo certo que a necessidade de espaços de encontro de coletivos é sempre necessária. Portanto as atividades cumprem sempre o seu papel independentemente de se conseguir ou não se conseguir reinventar-se nas suas atividades.

Relembrou que quando se chega à velhice se sente muita solidão e a não existência desses espaços de convívio, de ir encontro ou reencontro de pessoas de facto e é muito preocupante.

Referiu que há imensas coletividades que lhes pedem ajuda financeira, ao qual a Presidente da 7ª Comissão referiu que o que devem fazer é canalizá-los para as respetivas Câmaras, ajudando-os a pedir os apoios respetivos.

Por fim referiu que a maior preocupação neste momento é como é que vão sair desta pandemia e qual será o ponto de situação das coletividades.

3. CONCLUSÕES/ RECOMENDAÇÕES

As Coletividades como movimento associativo popular, sempre foram espaços de convivência, de liberdade democrática, de coesão social, de relacionamento interpessoal, de cooperação e de solidariedade, além de promoverem atividades no âmbito da Cultura, Educação, Recreio e Desporto. Seria impensável imaginar Lisboa no pós pandemia sem as suas Coletividades!

A Comissão reconhece que só ouvindo as Associações se tem real conhecimento da realidade. As Coletividades estão a viver sérios problemas quer a nível financeiro quer estrutural, uma vez que muitas delas por falta de meios humanos e materiais ainda não se rejuvenesceram nem se reinventaram para o desafio do novo paradigma da Cidade. A CML deixou de ter uma organização interna adequada à realidade do movimento associativo, centrando-se no Desporto, quando a realidade o transcende, deixando de fora o âmbito cultural e social, não mantendo uma relação próxima com a Confederação, a qual também sobrevive com grandes dificuldades.

Lisboa tem programas e meios de apoio a esta realidade, porém a maioria não se candidata por falta de conhecimento e a Confederação consegue dificilmente apoiar os seus Associados em virtude das suas próprias dificuldades que urge colmatar.

RECOMENDAÇÕES

1 - Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que sensibilize o Governo no sentido de passar a integrar o Movimento Associativo e Popular no Orçamento Geral do Estado.

2 - Aproximar a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto da Câmara Municipal de Lisboa designadamente através de um Protocolo de Cooperação e de um Gabinete de Apoio às Coletividades que visem:

2.1 - Criar programas de formação e capacitação destinados aos dirigentes das Coletividades.



2.2 - Criar programas de medidas de autoproteção e segurança contra incêndios nas sedes das Coletividades.

2.3 - Salvaguardar urgentemente os Arquivos e os Espólios das Coletividades, apoiando na inventariação e catalogação e em muitos casos na receção dos Arquivos em depósito no Arquivo Municipal.

2.4 - Alargar o âmbito do Lisboa Protege ao apoio ao pagamento de despesas de água, eletricidade e arrendamento das Coletividades.

3 - Pôr em execução a Lei 42/2017 com o objetivo de conseguir o reconhecimento histórico, patrimonial e social local de Associações que o justifiquem.

4 - Dotar a Confederação das prometidas novas instalações pela Câmara Municipal de Lisboa.

O Presente Relatório foi aprovado por unanimidade.

Assembleia Municipal Lisboa, 26 de Abril de 2021

A Presidente da 7ª Comissão e Relatora

Simonetta Luz Afonso

O Presidente da 2ª Comissão

Rui Paulo Figueiredo